

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e militância, uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: UNESP, 2014.

Por Marly Vianna¹

O livro de Paulo Cunha, *Militares e militância, uma relação dialeticamente conflituosa* (São Paulo, UNESP, 2014), tem grande importância para os estudiosos não só da história militar, mas da história política do Brasil, uma vez que os militares desempenharam sempre papel importante na política do país.

A pesquisa que Paulo Cunha realizou vem preencher muitas lacunas sobre a história da esquerda militar brasileira, com dados novos e novas considerações sobre o tema. Os diversos ensaios do livro tratam – bem – da esquerda militar e sua relação com a política e com a democracia, e dão destaque à atuação do partido comunista em para com os militares, desde a fundação do comitê antimilitar, em 1929

Paulo Cunha salienta questões importantes, levantadas algumas vezes como instigantes hipóteses a serem desenvolvidas, como, por exemplo, o fato de a UDN, a União Democrática Nacional, ter mantido uma estreita vinculação com os militares. Segundo Paulo, a UDN teve um atuante e dinâmico Setor Militar (p.141).

...a UDN seria bem atuante ao longo do período da redemocratização, entre 1945 e 1964, com uma intervenção política que contava em suas fileiras com militares, alguns deles à frente de muitas tentativas de golpe que ocorreram naqueles anos. [...] ... a Cruzada Democrática, organização formada por militares em 1952 com o objetivo de combater o setor nacionalista e de esquerda do Clube Militar, tinha a maioria de seus membros vinculados a esse partido... (p.141)

O argumento é reforçado pelas palavras de José Bonifácio, udenista histórico: “Nós, da UDN, nunca tiramos os pés do quartel. Atravessamos toda a luta com os pés no quartel, almoçando e jantando com generais, almirantes e brigadeiros” (apud Maria

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.13.p187>

¹ Professora aposentada pela Universidade Federal de São Carlos, foi diretora do Arquivo de História Contemporânea daquela Universidade e até 2002 diretora-presidente da Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Vitória Benevides, *A UDN e o udenismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 137. Em Paulo, p. 143).

Outro destaque do livro é a pesquisa sobre o Comitê Antimilitar do partido comunista – o ANTIMIL – cujo tema é especialidade do autor. Paulo Cunha acompanha a história do antimil desde sua fundação, em 1929 até que foi desfeito, em 1992, já não mais pelo partido comunista, mas pelo PPS (Partido Popular Socialista)

A ligação dos comunistas com os militares antecede, na verdade, o comitê antimil. Ainda em 1927, esperando uma terceira explosão revolucionária – as duas primeiras seriam os movimentos militares tenentistas de 1922 e 1924 – o PCB propôs aos tenentes uma aliança para a realização dessa terceira explosão que os comunistas consideravam certa. Os tenentes seriam responsáveis pelo movimento armado, como um braço do partido, que teria a liderança política do movimento. Tal proposta não se concretizou: os tenentes não a levaram em consideração e não durou muito para que Luiz Carlos Prestes fosse considerado um caudilho pequeno burguês pela Internacional Comunista e, conseqüentemente, pelo PCB.

Outra análise importante e original do livro é o ensaio sobre o trabalho militante dos comunistas que participaram da Força Expedicionária Brasileira – a FEB. O partido manteve uma fração militar organizada dentro da força expedicionária, que Paulo estuda.

Ainda em relação à FEB, Paulo Cunha examina o pouco conhecido Manifesto “*A FEB – Símbolo vivo da União Nacional*”, chamando a atenção para a coincidência entre a palavra de ordem do manifesto e a mesma palavra de ordem do partido comunista: pela união nacional.

É curioso outro fato levantado pelo autor, corroborando a ligação de pracinhas com o PCB, de uma “coleta pública de fundos em auxílio à repatriação de Anita Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes” (p.203)

O último ensaio do livro trata de um tema muitas vezes levantado pelos especialistas em tenentismo: por que a Primeira Divisão Revolucionária ficou conhecida como Coluna Prestes e porque Coluna Prestes, se o comandante era o general Miguel Costa, sendo Luiz Carlos Prestes o chefe do Estado Maior? Paulo trata muito bem do assunto, explicando como o nome de Prestes foi se solidificando, durante a marcha e como o próprio Miguel Costa deu destaque à figura de seu chefe do Estado Maior. O autor, com muita propriedade, faz jus à capacidade política de Miguel Costa, destacando

sua ação política não só durante a marcha da coluna como depois, em 1935, quando viu com clareza o erro que seria chamar à uma sublevação militar naquele momento.

Todos os ensaios do livro são material precioso para a história política e militar do Brasil.

RECEBIDO EM 17-10-2015

APROVADO EM 15-08-2016